

REDES DENTRO DE REDES E AS NOVAS ALIANÇAS ENTRE ESTADO E MERCADO

Dra. Vera Maria Vidal Peroni^{ORCID} 0000-0001-6543-8431
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dra. Maria Raquel Caetano^{ORCID} 0000-0001-6973-908X
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia SUL Rio-grandense

RESUMO: O artigo tem como objetivo apresentar e problematizar as novas formas de relação entre o público e o privado, entre Estado, mercado e sociedade, como parte das reformas globais que vêm ocorrendo no Brasil e no mundo, desenvolvendo o referencial teórico “de redes” e de “redes dentro de redes” (BALL, 2014; 2013) como instrumento conceitual e analítico, a partir da materialização de um exemplo. Como procedimentos metodológicos, utilizamos a

análise documental e o mapeamento dos sujeitos individuais e coletivos e suas relações que constituem a rede. Nas considerações, problematizamos as redes dentro de redes constituídas por empresários e novos filantropos que disputam um novo projeto societário, com um novo projeto de gestão pública e, conseqüentemente, de educação, promovendo um distanciamento cada vez maior do processo de democratização da educação pública.

PALAVRAS-CHAVE: Público-privado; Redes dentro de redes; Democratização.

NETWORKS WITHIN NETWORKS AND THE NEW ALLIANCES BETWEEN THE MARKET STATE

ABSTRACT: The article aims to present and discuss the new forms of relationship between public and private, state, market and society, as part of the global reforms that are taking place in Brazil and worldwide. It seeks to develop the theoretical framework of “networks” and “networks within networks” (BALL, 2014; 2013) as a conceptual and analytical instrument, based on the materialization of an example. As methodological procedures we use the

documentary analysis and the mapping of individual and collective subjects and their relationships that constitute the network. In the considerations we problematize the networks within networks constituted by entrepreneurs and new philanthropists who dispute a new corporate project, with a new project of public management and, consequently, of education promoting a greater distance from the democratization process of public education.

KEYWORDS: Public-private; Networks within networks; Democratization.



1 INTRODUÇÃO

Este texto é baseado em uma pesquisa coletiva que tem por objetivo analisar implicações das relações entre o público e o privado para a democratização da educação em países latino-americanos. O foco deste artigo é trazer elementos para o debate da análise “de redes” e de “redes dentro de redes” (BALL, 2014; 2013) como instrumento conceitual e analítico, a partir da materialização de um exemplo: a Comunitas e o programa Juntos, mapeando os sujeitos individuais e coletivos e suas relações.

Entendemos que a relação entre o público e privado não se refere apenas à questão de propriedade e não se trata de uma contraposição entre Estado e sociedade civil. Isso porque Estado e sociedade civil são perpassados por correlações de forças de classes sociais e projetos societários distintos (PERONI, 2015).

Ao longo das pesquisas, buscamos categorizações para o aprofundamento analítico acerca dos vários processos de privatização do público, distinguindo direção e execução. O privado atua na direção das políticas públicas e das escolas, sendo que a propriedade permanece pública. Como forma de materialização da presença do privado no público, estudamos o Todos pela Educação (TPE), o Movimento pela Base, entre outras formas de atuação. A execução ocorre quando o privado atua diretamente na oferta da educação. Nesse caso, estudamos as creches comunitárias, ou a presença do Sistema S através do PRONATEC na Educação profissional. Ou, também, quando o privado atua ao mesmo tempo na direção e na execução, e a escola permanece pública e os professores pagos pelo Estado, mas o privado atua através de parcerias, como é o caso do Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Fundação Lemann, Instituto Positivo, entre outros.

Ressaltamos que, além das soluções educativas, há outras áreas de atuação desse mercado. Para o neoliberalismo, o Estado, ao mesmo tempo em



que reduz as políticas sociais, é um importante criador de mercados oportunizando novos negócios para o setor privado, sendo que as reformas globais e educacionais passam a ter um papel importante nesse mercado. As soluções para problemas públicos foram compreendidas pelas empresas privadas, originando um mercado de serviços e produtos educativos privilegiando soluções privadas, baseados na suposição de que o Estado não é capaz de resolver os problemas atuais.

Laval e Dardot, ao trazerem elementos do que chamam de novo neoliberalismo, apontam a questão antidemocrática como central do período atual.

o novo neoliberalismo é a continuação do antigo de maneira pior. O marco normativo global que insere indivíduos e instituições dentro de uma lógica de guerra implacável, reforça-se cada vez mais e acaba progressivamente com a capacidade de resistência, desativando o coletivo. Esta natureza antidemocrática do sistema neoliberal explica em grande parte a espiral sem fim da crise e o aceleração diante de nossos olhos do processo de desdemocratização, pelo qual a democracia se esvazia de sua substância, sem que se suprima formalmente (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 11).

Também sobre a democracia em contexto neoliberal, Apple (2015) adverte para as diferenças entre as propostas de mercado inspiradas no neoliberalismo. Ele destaca a ênfase na “democracia frágil”, baseada na escolha individual do consumidor, e na “democracia espessa”, baseada na participação coletiva plena.

Sobre os processos de privatização no Chile, Victor Orellana também centra o debate no confronto entre mercado e democracia como a questão principal do debate. Para ele:

La polaridad fundamental, entonces, no es entre mercado y Estado, sino entre mediación a través del valor y mediación a través de la política. La identificación de educación y política permite comprender que el gran adversario de la privatización educativa no es el Estado, sino la democracia (ORELLANA, 2018, p. 16).

Rikowski (2017) destaca que a “privatização na educação não é essencialmente sobre educação. Trata-se do desenvolvimento do capitalismo e do aprofundamento do domínio do capital em instituições específicas (escolas,



faculdades, universidades etc.) na sociedade contemporânea” (2017, p.395). O autor destaca duas formas básicas de privatização: a privatização “direta” ou privatização da educação, que o autor chama de capitalização, em que o setor privado disputa o fundo público, ou seja, “[...] a privatização da educação não é realmente sobre educação: trata-se de se beneficiar da receita do Estado e transformá-la em lucro” (*idem*, p. 400). E adverte ainda, que “[...] a política de privatização educacional (ou de qualquer outra forma) é a obtenção de lucros, que por sua vez se baseia na capitalização de instituições e serviços educacionais; a educação tornando-se capital” (RIKOWSKI, 2017, p. 401).

Para o autor, a privatização na educação, em que a propriedade permanece pública, envolve “a tomada de controle sobre a educação por parte das empresas” (RIKOWSKI, 2017, p. 398). É o que em nossas pesquisas chamamos de direção, quando o privado assume a direção sobre as pautas e os conteúdos da educação.

Enfatizamos que em nossas pesquisas o foco central também tem sido as implicações dos processos de privatização da educação pública para o processo recente de construção da democracia no Brasil. Essa democracia é entendida como a materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social (PERONI, 2015).

2 NOVAS ALIANÇAS ENTRE ESTADO E MERCADO

Como parte das reformas globais que ocorrem no Brasil e no mundo, em que o setor privado avança sobre o público, surgem novos sujeitos: os empreendedores de políticas, conforme observa Ball (2014), que incluem capacidade intelectual, conhecimentos de políticas, liderança e habilidade de formação de equipes, contatos e habilidades estratégicas (*idem*, p.41). Tudo isso é organizado rapidamente para enfrentar grandes desafios. Junto a isso, os novos filantropos (BALL, 2014) buscam impactos e resultados dos seus



investimentos através de metas mensuráveis e retorno dos seus investimentos, trazendo elementos da gestão privada para a gestão pública.

Os Estados compartilham cada vez mais o governo com outros sujeitos sociais. Processos de tomada de decisão e sistemas de implantação de políticas que costumavam ser executados principalmente pelo Estado são cada vez mais dispersos em redes complexas de organizações não-governamentais, instituições e agências ligadas ao setor privado mercantil. Enquanto as fronteiras entre o Estado, mercado e sociedade civil sempre foram confusas, essas relações, através dessas fronteiras, assumiram uma nova intensidade nos últimos trinta anos (BALL; JUNEMANN, 2012). Nesse contexto, o conceito e a atuação da filantropia também estão mudando.

A chamada “nova filantropia” trata das nações como investimentos, resultados como retornos, e quer estar envolvido em decisões sobre como o dinheiro é usado e, conseqüentemente, “está trazendo novas intervenientes no domínio da política social e da educação, repovoando e reformulando as redes de políticas existentes” (BALL; OLMEDO, 2013, p. 45, grifos do autor).

Filantropos de vários tipos assumem responsabilidades do Estado articulados dentro de uma complexa relação econômica, política e social., e o neoliberalismo estimula a produção de novos sujeitos sociais. Esses novos sujeitos são “[...] capazes de falar as linguagens do público, do privado e filantrópico” (BALL, 2014, p. 230), atuando de modo global a partir de redes nacionais e transnacionais.

As políticas educacionais incorporam esses novos sujeitos e novas organizações. Há um novo tipo de política sendo construída, que inclui *think tanks* (pesquisadores e consultores individuais ou coletivos que trabalham em empresas de prestação de serviços educacionais), grupos de interesses econômicos (entidades empresariais, associações religiosas, etc.), empresas nacionais e internacionais de venda de pacotes prontos de educação, entre outros, cujos discursos ganham adesão por jogarem com a crença social de que



o conhecimento é moeda do presente e do futuro de qualquer sociedade qualificada e competitiva (BALL, 2014). Ou seja, a própria política é comprada e vendida, sendo transformada em mercadoria.

A privatização do setor público, que vem ocorrendo por meio do trabalho do *edubusiness*, não é feita, “[...] retirando os serviços do controle do setor público, mas sim por meio da venda de ‘soluções’ políticas e vias de colaboração de vários tipos com o setor público” (BALL, 2014, p. 162, grifo do autor). Os representantes do setor privado têm operado cada vez mais dentro do próprio governo, fazendo parte e disputando a formulação e o desenvolvimento das políticas educacionais, bem como atuando *in loco*, por meio da doação, do apoio e/ou da venda de todo tipo de produto como consultorias, assessorias, plataformas digitais, ou o que chamamos de apoio técnico.

Por razões econômicas e pelo fato de carregar uma forte aceitação da população como uma suposta ação que produz melhoria na vida das pessoas, a educação tem sido a área eleita pela maioria dos dirigentes de empresas para direcionar suas ações de responsabilidade social. As ações empresariais, no campo da educação, desenvolvem práticas que promovem a síntese entre o interesse individual e o interesse geral. Elas não interferem nos interesses econômicos, nem se opõem ao Estado; pelo contrário, atuam através e com o Estado, modificando a cultura organizacional, visando que o Estado aprenda com as *qualidades* do setor privado a flexibilidade, a inovação, a eficiência e a eficácia - ou seja, os valores do mercado.

Conforme a perspectiva de redes (BALL, 2013), há uma nova configuração, “a filantropia de rede” (*idem*, p.40), que são sujeitos que se organizam e articulam com ações de ajuda aos interesses de governos, empresas, ONGs e filantropia, facilitando as parcerias e as novas agendas entre o público e o privado. “Eles criam redes dentro de redes” (BALL, 2013, p.41) para promover políticas, compartilhando conhecimento, ocupando espaço na mídia, em eventos e promovendo congressos, seminários e reuniões.



Na rede, existem funções distintas. Aqueles que estimulam a participação da iniciativa privada envolvem e fomentam ações conjuntas com propósito comum. Nas redes, há os que investem recursos financeiros nos projetos e há os que investem experiência e competências técnicas na divulgação do que chamam de boas práticas. Portanto, na rede, há os articuladores, os financiadores e os consultores.

As instituições privadas formam redes dentro de redes, com o objetivo de “ajudar, auxiliar e colaborar” com governos. Na prática, querem modificar a gestão pública, promovendo seus negócios e empresas, terceirizando a atividade pública e supostamente trazendo conhecimento técnico, haja vista que a atividade pública deve ser desvinculada da atividade política, conforme esses filantropos e empresários, com apoio de governos que compactuam das mesmas ideias.

3 COMUNITAS

Apresentamos a Comunitas, uma associação privada, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a qual acredita que as empresas brasileiras podem contribuir para a superação dos problemas de ordem econômica e social em diferentes regiões do país, aportando conhecimento especializado e ferramentas de gestão que podem garantir maior eficiência ao setor público e, assim, colaborar decisivamente com o desenvolvimento social do país (COMUNITAS, 2019). “Nesse sentido, a Comunitas aposta na atuação em rede para o estabelecimento de novos padrões de colaboração que possam transformar a realidade das cidades brasileiras” (COMUNITAS, 2019).

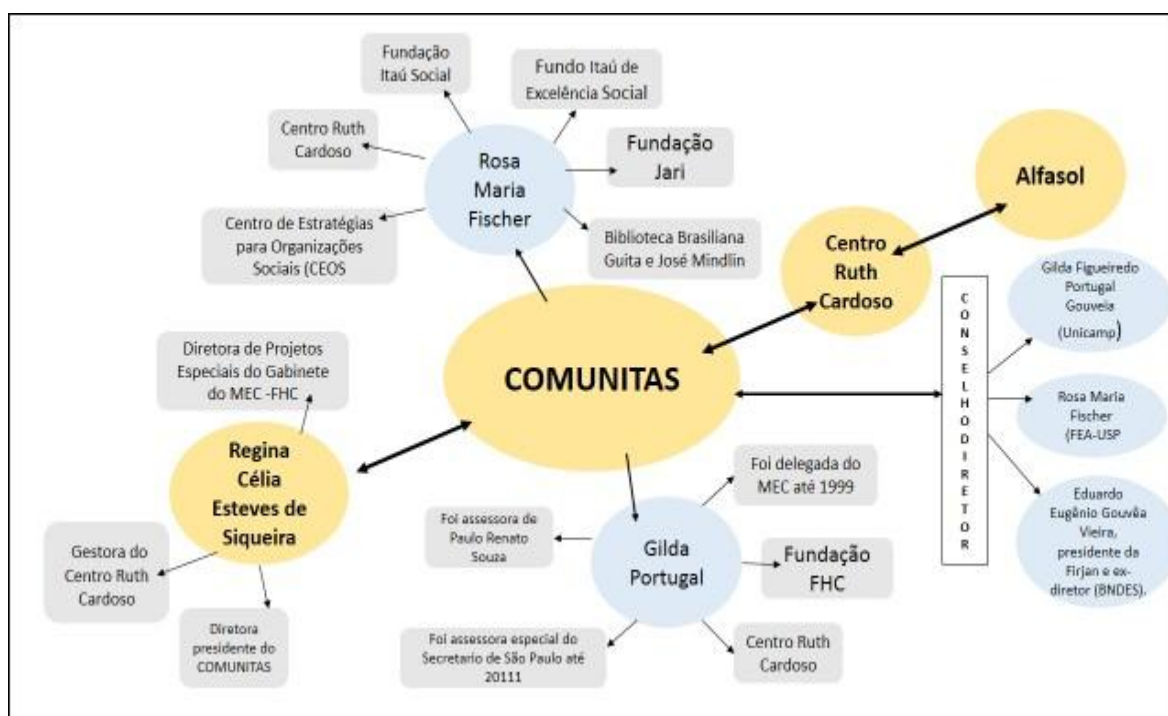
A Comunitas é uma rede que possui outras redes, ou seja, redes dentro de redes, com rede de influenciadores, financiadores e consultores. Segundo sua presidente, a principal atuação da Comunitas é o programa Juntos, uma união



de grandes lideranças empresariais que atua em parceria com as prefeituras, mas também com estados, doando, segundo ela, diretamente suas habilidades e conhecimento, com objetivo de construir soluções inovadoras com o poder público. A presidente da entidade esteve ligada ao governo FHC, Comunidade Solidária e ao Centro Ruth Cardoso, e as vice-presidentes estiveram ligadas a USP, Unicamp e às mesmas instituições anteriores.

O Conselho diretor tem como presidente o empresário Eduardo Eugênio Gouvêa Moreira, presidente da Firjan e ex-diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os sujeitos estão ou estiveram ligados a governos do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). A seguir, na Figura 1, apresentamos as relações entre os sujeitos que fundaram a Comunitas.

Figura 1 – Relações entre os sujeitos individuais e coletivos da Comunitas



Fonte: ADUSP. Elaborado por Caetano, 2019.



Os sujeitos estiveram ora ocupando cargos no governo, como MEC, BNDES, ora em outras instituições no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). A origem do Comunitas nos remete a Ruth Cardoso que, durante o mandato presidencial de FHC (marido), fundou o Programa Comunidade Solidária e presidiu o seu Conselho (1995-2002). A iniciativa mobilizou parcerias entre organizações não governamentais, universidades, empresas e governos para a construção e a difusão de programas sociais. Entre 2002 e 2008, presidiu a Comunitas, organização da sociedade civil de interesse público, criada, segundo a instituição, para assegurar a continuidade das experiências dos programas do Comunidade Solidária.

Segundo nossas pesquisas, esse não é mais o objetivo da Comunitas e do Centro Ruth Cardoso¹, conforme apresentam seus *sites*, já que houve uma reatualização dos objetivos e do foco das duas instituições. Atualmente, o parceiro institucional do Centro Ruth Cardoso é a Fundação Lemann, do empresário Jorge Paulo Lemann.

Destacamos que a presidente do Centro Ruth Cardoso é também a presidente do Comunitas que, desde 2009, responde cumulativamente pela gestão do Centro Ruth Cardoso e da Comunitas como Diretora-Presidente. É cofundadora do Programa Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável, juntamente com líderes empresariais em 2013.

O principal programa da Comunitas é o Juntos, uma grande aliança de líderes empresariais que investe recursos financeiros nos projetos, na experiência e nas competências técnicas, assumindo o compromisso e a responsabilidade do setor privado como colaborador do desenvolvimento social e econômico do Brasil, segundo o *site*. A motivação do Juntos é estimular parcerias que melhorem a gestão pública, resultando no desenvolvimento local e aprimoramento dos serviços públicos.

¹ Ver mais em <http://www.centroruthcardoso.org.br/sobre/quem-somos/> e <http://www.comunitas.org/portal/comunitas/>



O Núcleo de Governança do Programa Juntos é formado por um conjunto de expressivos e influentes empresários ligados ao setor financeiro, mídia e outros, como, por exemplo, Elio Horn, fundador da Cyrela, construtora de imóveis de alto padrão do país, acionista da Crescera Investimentos, cujo sócio foi Paulo Guedes, atual ministro da economia. O empresário é o único brasileiro que integra o *The Giving Pledge*, programa de doações criado por Bill Gates ou José Roberto Marinho, vice-presidente do Grupo Globo, e presidente da Fundação Roberto Marinho, maior grupo de mídia da América Latina, cuja fundação atua na educação. Ball denomina de filantropos aqueles que estão dispostos a atuar em diferentes áreas de políticas como a educação pública, uma vez que o enfoque central está direcionado à adaptação e à transferência dos conhecimentos gerenciais desenvolvidos no setor privado para o público.

No contexto do capitalismo, os empresários participam das mais diferentes organizações da sociedade civil. Além disso, "[...] a importância outorgada pelas lideranças empresariais à educação decorre do fato dela ser considerada essencial para o aumento da competitividade econômica nacional e para a melhoria das condições de inserção do país na nova ordem mundial" (BEGHIN, 2005, p. 56).

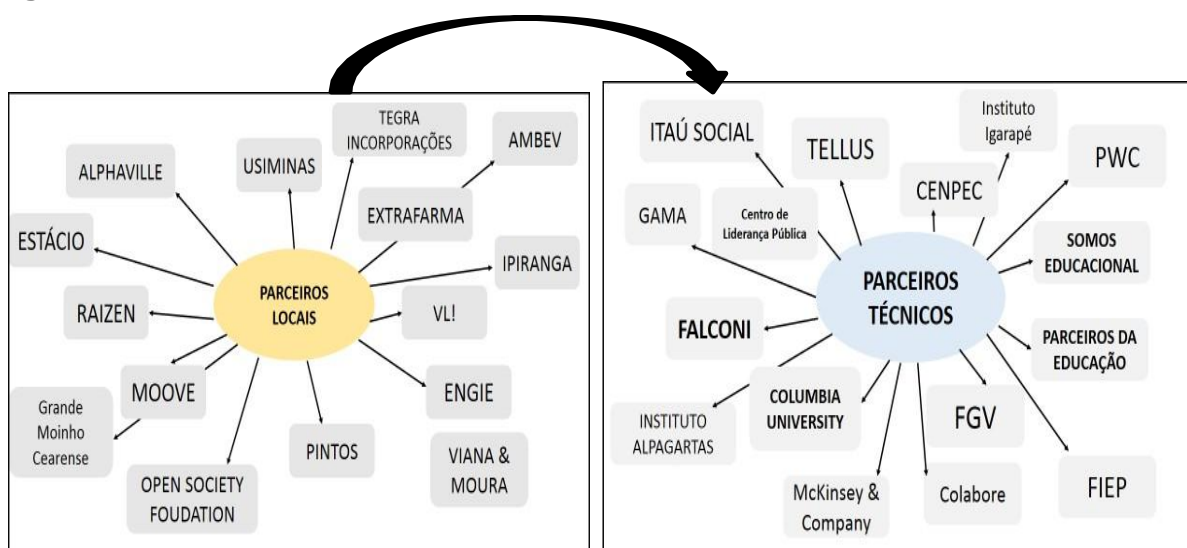
Chamamos esta lógica e relações de "filantropia de rede". Ao usar este termo estamos sugerindo que, para entender o trabalho das "novas" organizações filantrópicas e seus "parceiros", precisamos considerá-los não sob uma perspectiva individual, como atores isolados, mas sim como nós interconectados que operam de acordo com lógicas de rede e configuram suas agendas e ligações de formas mutantes e fluídas (PERONI, CAETANO. 2016, p.417, grifo das autoras).

Os parceiros locais em cada cidade/estado e o Núcleo de Governança somam esforços com um grupo de líderes empresariais locais. Junto a esses líderes, o prefeito/governador e seu secretariado assumem o compromisso de uma governança compartilhada e transparente. Eles são responsáveis por supervisionar e monitorar os resultados do programa em cada município.



Os parceiros técnicos são os que supostamente detêm o conhecimento técnico especializado e a metodologia a que o grupo recorre para enfrentar algum desafio específico. A Comunitas contrata os consultores com os recursos que os líderes empresariais investem, o que significa que o Programa Juntos não produz custos para os municípios/estados, segundo a entidade. Os consultores especializados são escolhidos de acordo com os desafios identificados conjuntamente entre o Núcleo de Governança e as lideranças públicas, sendo sua escolha baseada na expertise em gestão pública e capacitação técnica, conforme a entidade.

Figura 2 – Parceiros Locais e Parceiros Técnicos



Fonte: Organizado pelas autoras, 2019.

Fazem parte da rede do Programa Juntos as cidades de São Paulo (SP), Salvador (BA), Campinas (SP), Petrolina (PE), Caruaru (PE), Curitiba (PR), Juiz de Fora (MG), Paraty (RJ), Pelotas (RS), Santos (SP) e Teresina (PI). Recentemente, Governos Estaduais passaram a integrar a rede do Juntos, sendo eles: São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais e Pará (PROGRAMA



JUNTOS, 2019). A grande maioria dos prefeitos e governadores que fazem parte da rede Juntos são ligados ao PSDB².

Atualmente, a Comunitas atua junto ao governo do estado do Rio Grande do Sul na gestão Eduardo Leite (PSDB, 2012-2016) por intermédio do Juntos, visando à modernização da gestão dos servidores públicos. O objetivo é rever o Estatuto dos Servidores Públicos e os Marcos Normativos de remuneração de pessoal que datam de períodos anteriores às reformas empreendidas pelo governo federal. Para o futuro da parceria, o foco é a Reforma Administrativa do Estado (COMUNITAS, s/p, 2019). Em 2013, Leite, então prefeito de Pelotas, assinou termo de parceria com a Comunitas para implantar o programa Juntos através da Empresa Falconi por R\$ 2,148 milhões a fim de “avaliar a situação e qualidade da educação no município, bem como implantar novas práticas de gestão que ampliassem a qualidade do ensino”, ou seja, elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O contrato, contudo, não foi submetido à análise do Conselho Municipal de Educação (ADUSP, s/p, 2019). O serviço foi patrocinado por líderes empresariais através da Comunitas, sendo que a Falconi está entre os parceiros técnicos.

A Comunitas atua em rede e em “redes dentro de redes” (BALL, 2013) como apresentamos, com grupos de investidores ou consultores que se articulam com projetos muito objetivos e concretos, modificando a gestão pública em diferentes áreas. Nesse sentido, a própria política é mercadoria e oportunidade de lucro, pois há um mercado global crescente de ideias de políticas. Além das políticas serem cada vez mais terceirizadas para organizações ligadas ao mercado, trazem habilidades, discursos e seu projeto político hegemônico para o campo da política pública, “por uma taxa honorária ou por um contrato com o Estado” (BALL, 2014, p. 222). Outro argumento que tem ganhado destaque é o discurso de “crise política do Estado”, do “público”, e, por extensão, da “educação pública”, que tem contribuído para que o mercado faça

²Aparecem em número menor políticos ligados ao PSB e MDB.



uso de um “[...] discurso salvador que promete salvar escolas, líderes, professores e alunos do fracasso, dos terrores da incerteza e das confusões das políticas e deles mesmos – suas próprias fraquezas” (BALL, 2014, p. 160).

4 CONSIDERAÇÕES

Concluimos problematizando as redes dentro de redes constituídas por empresários e novos filantropos que disputam investimentos e, mais do que isso, disputam um novo projeto societário, com um novo projeto de gestão pública e, conseqüentemente, de educação baseado na produtividade para o mercado, esvaziando o conteúdo político-pedagógico da gestão em todas as instâncias e a relação com a população. Ao mesmo tempo, o Estado se redefine na garantia dos direitos à população com novas relações entre Estado e mercado.

O mercado passa a ser o parâmetro de qualidade, eficiência e eficácia, trazendo a atuação de novos sujeitos, como no caso da Comunitas, que estão dispostos a influenciar na direção e no desenvolvimento de políticas públicas em municípios e estados brasileiros. Compreendemos que as redes de empresários e intelectuais orgânicos precisam exercer uma ininterrupta atividade para não perder sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade. Esses profissionais se utilizam de estratégias de obtenção de consensos, do estabelecimento de relações entre empresas e buscam a adesão da população ao seu projeto político e econômico, interferindo diretamente na gestão do público e da educação.

Assim, questionamos as implicações da atuação desses sujeitos para o papel da educação na construção de uma sociedade democrática. Isso porque as relações baseadas em princípios democráticos são construídas na experiência (THOMPSON, 1981) e na relação com todos os cidadãos.



REFERÊNCIAS

ADUSP. Quem são os dirigentes da Comunitas? Disponível em:

<https://www.adusp.org.br/index.php/denuncia/2670-quem-sao-os-dirigentes-da-comunitas>. Acesso em: 15 jul. 2019.

APPLE, Michael W. **Produzindo diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo** e a política de reforma educacional. Linhas Críticas, vol. 21, núm. 46. Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

BALL, Stephen. Educação Global S.A. **Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa, UEPG, 2014.

BALL, Stephen; OLMEDO, Antônio. A Nova Filantropia, o Capitalismo Social e as Redes de Políticas Globais em Educação. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Líber Livro, 2013, p. 33-47.

BALL, Stephen; JUNEMANN, Carolina. **Networks, New Governance and Education**. Bristol: Policy Press, 2012.

COMUNITAS. Disponível em: <http://www.comunitas.org/portal/no-rs-comunitas-e-governo-do-estado-realizam-reuniao-da-governanca/Julho>. Acesso em: 20 set. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A “nova” fase do neoliberalismo**. Prefácio à tradução em inglês, publicada pela editora Verso, de La pesadilla que no acaba nunca (Gedisa, 2017). Obra publicada originalmente por La Découverte, Paris, em 2016. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo/>. Acesso em: 16 nov. 2019.

ORELLANA, Vitor. La persistente mercantilización educativa y el agotamiento del progresismo en América Latina. Lecciones del caso chileno. In: PERONI Vera Maria Vidal; LIMA Paula Valim de; KADER, Carolina Rosa (org.) **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. São Leopoldo: Oikos, 2018. Disponível em: https://www.ufrgs.br/gprppe/?page_id=89. Acesso em: 16 nov.2019.

PERONI, Vera. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, Vera (Org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 15-34.



PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. Atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro: a privatização do público. **Educação e Realidade** [online]. 2016, vol.41, n.2, pp.407-428.

POLITIZE. Entrevista de Regina Célia Esteves de Siqueira. Presidente da Comunitas. Publicado em 22 de março de 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/comunitas-entrevista>. Acesso em: 20 set. 2019.

PROGRAMA JUNTOS. Disponível em: <http://www.comunitas.org/portal/programa-juntos/>. Acesso em: 10 out. 2019.
RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/810>. Acesso em: 16 nov. 2019.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Recebido em: 03/03/2020

Aceito em: 17/04/2020

